

1 **MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO**
2 **MULTIDISCIPLINAR**

3
4 Foi realizada a **2ª Reunião do Grupo de Trabalho Técnico Multidisciplinar,**
5 **para elaborar Termo de Referência com as diretrizes para contratação do**
6 **Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Paraná,** no dia 05/06/2020
7 (cinco de junho de dois mil e vinte), início às 9h15 (nove horas e quinze minutos),
8 por meio do software *Skype*, com a presença dos seguintes participantes:
9 Rosana Maria Bara Castella – SEDEST/COLIT, Priscila da Mata Cavalcante –
10 GAEMA, Lucie Mara Pydd Winter – SPU, Fabricio Miyagima – SEPL, Daniele
11 Prim – IAT, Talitha Pires Borges Leite – IAT, Daniel Hauer Queiroz Telles–
12 UFPR/Centro de Estudos do Mar e Dailey Fischer – Maternatura.

13 Rosana comunica que a Jaqueline apresentará o projeto em uma reunião
14 posterior, pois ainda não houve apresentação interna para o IAT.

15 Daniel abre a reunião, apresenta uma agenda técnico participativa, próxima
16 reunião do GT será no dia 10 de junho, e a reunião ordinária da CT Gerco
17 ocorrerá no dia 19 de junho, onde deverão ser apresentados os resultados desse
18 GT. O produto esperado é uma primeira versão do TR, que aborde os eixos
19 estruturantes, justificativas, contextualização. Desenho conceitual do PEGC.
20 Aspectos de contratação: termo de referência ou plano? Com prazo e equipe,
21 podemos elaborar o plano em si, sem caráter extensivo, que possa ser efetivado
22 nas agendas de gestão como lei. Focar energia na execução do mesmo.

23 Discute-se sobre a memória da reunião passada, são feitos alguns
24 apontamentos para correção.

25 Daniel retoma a discussão sobre os três eixos estruturantes do PEGC com
26 apresentação de um documento síntese. Sobre a **Setorização Geográfica,**
27 explica que trata-se de uma metodologia de embasamento para o PEGC,
28 representada por meio de mapa interativo, considerando o arcabouço normativo.
29 Importante ter em consideração a complexidade da zona costeira. Relembra as
30 subcategorias da setorização geográfica, as escalas: (1) Federativas: municípios
31 organizados por seus arranjos (micro/meso); (2) Normativas: PNMA_6938/81,
32 CODFLO_12651/12, PNRH_9433/97, PNGC_7661/88, SNUC_9985/00,
33 MATL_11428/06, etc.; outros instrumentos infralegais de zoneamento ZPO,
34 NORMAM, Territórios tradicionais; Jurisprudências; (3) Ecosistêmicas:
35 Estuários, Zona de Surf, Habitats, Espécies, Batimetria e correntes oceânicas,
36 frente estuarina. Será um desafio ter as macrocategorias e suas sub categorias
37 especificadas no mapa em um ambiente interativo de espacialização. Em
38 relação à **Governança** a ideia é a reestruturação, conexão, resgate, revisão e
39 sistematização dos conselhos já existentes. Para isso é importante: diminuir
40 sobreposições (setoriais federativas, ambientais normativas, ambientais
41 ecosistêmicas, socioambientais, produtivas, logística, demográfica); dar fluxo
42 hierárquico de escalas decisórias intercalados por orientações técnicas; revisar
43 regimentos (enquadramento legal, atribuições e competências, composição,
44 fundos, transparência, agenda, liderança, projetos, auditoria/*accountability*);
45 mapeamento das instâncias consultivas e deliberativas, orientação ao
46 licenciamento e manejos, orientação dos fluxos decisórios. Por fim, o eixo do
47 **Monitoramento Integrado,** que se mostra bem complexo, envolve a elaboração

48 de Múltiplas Infraestruturas de Dados Espaciais (IDEs), investimento em gestão
49 de tecnologia de informação, tendo como frente Tecnologia Informação
50 Comunicação (TICs). Visando superar a desinformação e repetição de trabalhos,
51 e dar transparência aos dados. O plano de ações do PEGC, organizado em
52 etapas envolve: 1) Gerar uma plataforma executiva de Monitoramento Territorial
53 Integrado, 2) Para tanto, usar um framework GERCO (Setorização Geográfica)
54 e 3) Reestruturar Governança.

55 Danielle comenta sobre dificuldades em processos de licitação e de
56 acompanhamento de elaboração de um plano. Caso ocorra a proposição de um
57 projeto de lei relacionado ao PEGC, preocupa-se em relação a aprovação dessa
58 proposta na ALEP. Por ser tratar de um documento estritamente técnico, tem
59 receio que seu conteúdo possa sofrer modificações durante sua tramitação

60 Luciê fala que está analisando o projeto de lei que altera o zoneamento da Ilha
61 do Mel, e sugere que o PEGC esteja vinculado com as questões propostas para
62 a Ilha do Mel, como uma forma de fazer acontecer a nossa agenda.

63 Dailey comenta ter impressão de já estarmos avançando nos trabalhos previstos
64 para a consultora. É preciso delimitar o que é papel da consultoria, e o que é
65 papel da CT Gerco. Pensar o que vamos colocar no TR para ser contratado,
66 estabelecer os produtos que desejamos.

67 Rosana considera que podemos elaborar um TR para contratar a execução dos
68 produtos, acredita que o PEGC pode ser elaborado por este grupo.

69 Daniel fala que podemos fazer um plano mais enxuto, dentro do plano vamos ter
70 os planos de ações. Vai direcionar cada eixo estruturante, e então elaborar uma
71 agenda executiva para cada. Talvez possamos realizar, dentro da CT, uma
72 chamada de projetos.

73 Dailey questiona o tipo de produto que estamos esperando, se seria uma lei.

74 Daniel comenta que precisamos de uma orientação normativa, para gerar
75 produtos, e se esses produtos tiverem êxito eles vão virar mecanismos de
76 pressão política.

77 Fabrício fala que precisamos definir o que esperamos do Gerco no nosso estado.
78 Em primeiro momento a setorização irá explicar as peculiaridades do GERCO, a
79 partir disso conseguimos estabelecer o monitoramento, e considerando as linhas
80 anteriores, pensar em como qualificar a governança.

81 Daniel explica que o Gerco visa dar uma agenda para região costeira do Brasil,
82 traz objetivos bem genéricos que devem ser adaptados às particularidades de
83 cada estado. De forma geral, a legislação de Gerco a nível nacional é bem
84 genérica, por isso precisamos trabalhar em um PEGC com caráter pragmático e
85 bem contextualizado com o litoral do PR, de forma oriente frentes executivas,
86 onde cada frente possa contribuir com a outra, mas correrão de forma separada.

87 Dailey comenta que PEGC está pronto, já temos uma agenda, agora precisamos
88 sistematizar as informações dentro dos eixos estruturantes. Temos muitos dados
89 sobre a região, porém alguns eixos ainda possuem lacunas, que precisamos
90 identificar e propor planos de ações. Cita lacunas na governança, e sobre
91 setorização acredita que temos dados suficientes

92 Daniel comenta que o PEGC vai trabalhar em fases, com planos de ações: 1ª
93 Fase os eixos monitoramento integrado, governança e setorização podem ter
94 editais específicos, e essa fase não encerra, segue permanente. 2ª Fase, terá

95 como frente o ZEEC e PEM. Em relação à execução, podemos pensar em
96 parcerias, convênios. Talvez nosso objetivo final seja criar uma resolução
97 COLIT.

98 Danielle comenta sobre os procedimentos de contratação e licitação. Licitação
99 abre para várias empresas, e isso pode permitir que a vencedora não tenha tanto
100 domínio do objeto do trabalho, e os resultados podem ser diferentes do
101 esperado.

102 Fabrício explica aspectos burocráticos de contratação e licitação, várias
103 modalidades, o tipo de contrato depende do produto. Como encaminhamento,
104 sugere estabelecer as linhas estratégicas do plano para descobrir o que não
105 temos, então, a partir disso, elaborar TR para aquilo que constatamos como
106 lacuna.

107 Priscila (Convidada) sugere verificar a possibilidade de convênio com a
108 universidade. Reforça a importância de deixar claro quais serão os produtos,
109 para que se possa justificar o contrato. O estado da arte irá definir as justificativas
110 do produto desejado. Fala sobre o decreto 5040 e comenta alguns aspectos da
111 lei nacional de Gerco.

112 “Priscila (Convidada) sugere verificar a possibilidade de convênio/termo de
113 cooperação com instituição de ensino superior, bem como consultar as
114 orientações do TCE/TCU e PGE sobre a questão. Reforça a importância de
115 deixar claro quais serão os produtos, de forma específica, com escopo, custos e
116 cronograma, para que se possa justificar o contrato. Ademais, recomendou a
117 análise do estado da arte dos planos de gerenciamento costeiro de outros
118 Estados para definir as justificativas e o produto desejado. Deve-se atentar
119 também para os instrumentos de ordenamento territorial, como o Decreto no
120 5040, o ZEE, o PBHL, o PDSL, o Projeto Orla, o PDZPO e os Planos Direitos
121 dos Municípios costeiros. Salientou também a observância da legislação do
122 GERCO, especialmente a Lei Federal no 7661/1988, Decreto no 5300/2004 e a
123 Lei Estadual no 13.164/2001.”

124 “Priscila (Convidada) destaca a importância de um bom diagnóstico, para que,
125 assim, se possa apontar os problemas e ser bem específico no encaminhamento
126 de uma nova proposta. A respeito do monitoramento integrado, sugere contatar
127 a professora Silvana Camboim da UFPR, para auxiliar nas discussões. No que
128 tange à setorização, é importante obter subsídios nos instrumentos de
129 ordenamento territorial, sobrepor as diversas camadas e verificar o conflitos de
130 uso. A partir da verificação dos conflitos de uso, direcionar soluções e aprimorar
131 diretrizes para dirimir as assimetrias.”

132 “Priscila (Convidada) comenta sobre o desenvolvimento de projetos executados
133 a partir de condicionantes ambientais. Cita, como exemplo, o acordo firmado, na
134 região portuária da Bahia, que registrou um termo de compromisso de ações
135 sociais e ambientais, com aporte de um valor pela empresa e a publicação de
136 edital, pela SEMA/Bahia, para contratação de instituição para gerir os recursos
137 e executar os projetos”.

138 Dailey questiona se conseguimos considerar tudo isso e estabelecer um plano
139 sintético. Percebe que em outros estados, o plano estadual é muito parecido com
140 o que a lei nacional pede.

141 Daniel comenta sobre os planos estaduais de outros estados, em especial
142 problemas de governança. Com isso, reforça que precisamos promover uma
143 governança não tão influenciada, politicamente falando, onde haja equilíbrio de
144 uma gestão mandatária com gestão técnica e participativa.
145 Priscila destaca a importância de um bom diagnóstico, para que assim,
146 possamos apontar os problemas e ser bem específico para encaminhar uma
147 nova proposta. A respeito do monitoramento integrado, sugere contatar a
148 professora Silvana Camboim da UFPR, para nos auxiliar nas discussões. Para
149 a setorização é importante pegar os instrumentos de ordenamento, sobrepor as
150 camadas e verificar os conflitos de uso. Identificando esses conflitos de uso e ver
151 como podemos direcionar a resolução destes.
152 Daniel comenta a função complementar da governança, um diagnóstico
153 integrado da governança, em que olhamos para o território, colocar todas as
154 camadas decisórias e consultivas, ver como elas se integram. Precisamos
155 entender a lacuna de cada linha, com isso vemos uma etapa zero de cada eixo
156 estruturante, para então alinhar as agendas executivas
157 Priscila comenta sobre o desenvolvimento de projetos executados sobre
158 condicionantes ambientais. Cita exemplo de TAC na região portuária da Bahia,
159 termo de compromisso de ações sociais e ambientais.
160 Daniel faz um resumo sobre os principais pontos que discutimos na reunião.
161 Temos os três eixos estruturantes bem definidos, e compõe a etapa 1 do PEGC.
162 Também temos uma segunda etapa bem definida, e identificou-se a necessidade
163 de uma etapa zero com o diagnóstico de algumas lacunas.
164 Ao final da reunião discutiu-se sobre assuntos gerais, relacionados à CT Gerco:
165 projeto de lei para alteração do zoneamento da Ilha do Mel, projeto de engorda
166 da praia em Matinhos.
167 Curitiba, 05 de junho de 2020.